



MERCANTIL

Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Dezembro de 2024

Senhoras e Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Na conjuntura mundial, as economias chinesa e indiana continuaram liderando o crescimento global. O PIB americano alcançou expansão da ordem de 2,7% e as economias japonesa e da área do euro atingiram desempenho moderado. As taxas de juros elevadas, dentre outros fatores, notadamente nas economias americana e na área do euro, impactaram negativamente a performance da economia mundial. Quanto às perspectivas, projeções recentes apontam para expansão do PIB mundial da ordem de 2,8% em 2025.

No Brasil, indicadores disponíveis denotam crescimento do PIB em 2024 da ordem de 3,5%, frente 3,2% em 2023, com relevantes contribuições dos setores de comércio varejista, serviços e da indústria.

A maior contribuição foi do setor de comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, com expansão de 4,4% no acumulado de janeiro a novembro, na comparação de 2023.

A produção industrial, após baixo desempenho nos últimos anos, acumulou favorável expansão de 3,2% até novembro, na comparação com igual período do ano anterior, destacando-se a importante contribuição de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

O setor de serviços alcançou crescimento de 3,2% no acumulado do ano até novembro, com importante contribuição para o crescimento do PIB.

Em 2024, as pressões inflacionárias intensificaram-se e o IPCA registrou elevação de 4,83%, ante 4,62% em 2023. Nesse contexto, a taxa de juros Selic passou a ser ajustada gradativamente e alcançou 12,25% ao ano em dezembro de 2024, com tendência de alta.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional cresceu 10,9%, ante 8,1% em 2023. As provisões para risco de crédito mostram-se em retração.

SOBRE A MERCANTIL FINANCEIRA

A Mercantil Financeira S.A. é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e empréstimos FGTS..

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 18,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 17.

A gestão dos riscos é centralizada no Controlador, que dispõe de adequadas estruturas para esse gerenciamento. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 17.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

- **Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultados**

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 842,3 milhões (R\$ 275,8 milhões em dezembro de 2023), notável crescimento de 205,4%. Os Títulos e Valores Mobiliários posicionaram-se em R\$ 331,8 milhões. Em dezembro de 2024 não há títulos registrados na categoria de Títulos Mantidos Até o Vencimento de que trata a Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito alcançaram R\$ 464,8 milhões (ante R\$ 211,2 milhões em dezembro de 2023), apresentando expressivo crescimento de 120,0%, apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, foi fruto de estratégia bem-sucedida e trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios.

Em consonância com as diretrizes estratégicas, as três principais linhas de crédito são o crédito com garantia em FGTS, que posicionou-se em R\$ 359,1 milhões (crescimento de 709,4%), o crédito consignado público R\$ 88,5 milhões (queda de 33,3%) e o crédito consignado INSS de R\$ 14,5 milhões (queda de 47,8%). As operações registradas nas faixas que refletem a melhor qualidade do crédito, de "AA" a "C", perfazem 98,5% (91,3% em dezembro de 2023) do total das operações de crédito. A provisão para risco de crédito postou-se em 1,0% sobre o total das operações de crédito. Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 6.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R\$ 225,9 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes, provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 40,9 milhões.

- **Patrimônio Líquido e Lucro Líquido**

A Mercantil Financeira registrou Patrimônio Líquido de R\$ 575,5 milhões e o Lucro Líquido é de R\$ 25,1 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira alcançaram R\$ 86,4 milhões, ante R\$ 42,7 milhões em igual período de 2023, crescimento de 102,3%. Destacam-se as Receitas de Operações de Crédito de R\$ 83,4 milhões, ante R\$ 42,7 milhões de igual período de 2023, crescimento de 95,3%.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira, deduzidas as Despesas com Provisão Para Risco em Operações de Crédito, alcançou R\$ 62,3 milhões e representa 72,1% da Receita da Intermediação Financeira.

As Despesas de Pessoal posicionaram-se em R\$ 2,7 milhões, ante R\$ 1,7 milhão em igual de 2023. As Despesas Administrativas somaram R\$ 21,8 milhões, ante R\$ 12,1 milhões em 2023. O aumento nas despesas administrativas reflete, principalmente, o crescimento na rubrica de comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios nos períodos sob comparação, em face do crescimento estratégico em originação de operações de crédito através de correspondentes. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 15.3.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

A Mercantil do Brasil Financeira não está obrigada a apresentar demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 18.

CONTROLADAS

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou lucro líquido de R\$ 324,2 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R\$ 7,6 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, a Mercantil Financeira e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mercantil do Brasil Financeira S.A., nesta oportunidade, agradece aos seus acionistas, clientes e colaboradores pelo expressivo apoio e confiança, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da Instituição.

Belo Horizonte, fevereiro de 2025.

Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e da Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Financeira e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.3(b) e 6)

A Financeira atua, substancialmente, no segmento de crédito direto ao consumidor e crédito consignado. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considera as determinações do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução nº CMN 2.682/99.

No atendimento dessa norma, a administração da Financeira exerce julgamentos e aplica determinadas premissas para mensuração e definição dos riscos de crédito dos devedores.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Além disso, executamos testes, em base amostral, sobre: (i) a base de dados; (ii) as premissas adotadas pela administração na mensuração da provisão; (iii) a identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) os processos estabelecidos pela Financeira para atendimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) o confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Adicionalmente, efetuamos, em base amostral, testes sobre as premissas adotadas pela administração para a determinação dos ratings e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.3(c) e 7.2)

A Financeira possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elabora estudo de projeção de lucros tributários e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributários futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários, aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Financeira com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos com as referidas projeções e análise de aderência em relação à Resolução CMN nº 4.842/20.



Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Porque é um PAA

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Provisões para passivos contingentes (Notas 2.3(f) e 12)

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração da Financeira.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências e testes de aderência às respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Analisamos a probabilidade de perda dos processos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor estimado das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento das transações da Financeira, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de Tecnologia da Informação, controles



Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Porque é um PAA

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.

Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.

Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.

Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Financeira e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Financeira. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à



Mercantil Financeira S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento

capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em R\$ Mil

Ativo	Nota	Financeira		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
DISPONIBILIDADES	3	1.837	6.318	1.844	6.326
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		786.966	209.534	792.136	214.563
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	-	10.054	-	10.054
Títulos e Valores Mobiliários	5	326.604	-	331.774	5.029
Operações de Crédito e Outros Créditos		460.095	198.157	460.095	198.157
Operações de Crédito	6.1	464.760	211.247	464.760	211.247
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	6.3	(4.665)	(13.090)	(4.665)	(13.090)
Outros Ativos Financeiros		267	1.323	267	1.323
ATIVOS FISCAIS		27.547	33.843	30.115	36.324
Correntes	7.1	12.597	12.498	15.165	14.979
Diferidos	7.2	14.950	21.345	14.950	21.345
OUTROS VALORES E BENS		544	1.002	544	1.012
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		2	2	2	2
(Provisão para Desvalorizações)		(2)	(2)	(2)	(2)
Despesas Antecipadas	8	544	1.002	544	1.012
OUTROS ATIVOS	9	16.670	16.322	16.760	16.410
INVESTIMENTOS		8.488	8.494	915	1.131
Participações em Controladas - No País	10	8.488	8.494	915	1.131
TOTAL DO ATIVO		842.052	275.513	842.314	275.766
Passivo					
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		225.896	-	225.896	-
Depósitos	11.1	225.896	-	225.896	-
Depósitos Interfinanceiros		225.896	-	225.896	-
PROVISÕES		17.474	17.207,00	17.650	17.372
Provisão para Outros Passivos	12.a	17.474	17.207,00	17.650	17.372
PASSIVOS FISCAIS		4.465	627,00	4.512	676
Correntes		4.465	627,00	4.512	676
OUTROS PASSIVOS	13	18.690	16.193,00	18.695	16.199
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	575.527	241.486,00	575.561	241.519
Capital Social	14.1	307.464	135.075,00	307.464	135.075
Reservas de Capital	14.2	155.430	6.250,00	155.430	6.250
Reservas de Lucros	14.2	112.832	100.161,00	112.832	100.161
Outros Resultador Abrangentes		(199)	-	(199)	-
Participação dos Não Controladores		-	-	34	33
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		842.052	275.513,00	842.314	275.766

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	Nota	Financeira			Consolidado		
		2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Receitas da Intermediação Financeira		51.656	85.913	42.113	51.922	86.437	42.712
Operações de Crédito	6.2	49.232	83.456	39.843	49.232	83.456	39.843
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		419	452	2.270	685	976	2.869
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.005	2.005	-	2.005	2.005	-
Despesas da Intermediação Financeira		(13.872)	(20.726)	(818)	(13.872)	(20.726)	(818)
Operações de Captação no Mercado	11.2	(13.872)	(20.718)	(566)	(13.872)	(20.718)	(566)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	(8)	(252)	-	(8)	(252)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6.3	(1.058)	(3.397)	(11.926)	(1.058)	(3.397)	(11.926)
Resultado da Intermediação Financeira		36.726	61.790	29.369	36.992	62.314	29.968
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(14.497)	(22.212)	(27.374)	(14.671)	(22.554)	(27.756)
Receitas de Prestação de Serviços	15.1	3.047	16.720	3.556	3.047	16.720	3.556
Resultado de Participações em Controladas	10	(79)	107	419	(239)	(216)	39
Despesas de Pessoal	15.2	(1.413)	(2.690)	(1.681)	(1.414)	(2.693)	(1.684)
Outras Despesas Administrativas	15.3	(10.386)	(21.701)	(12.008)	(10.423)	(21.776)	(12.091)
Despesas Tributárias	15.4	(1.918)	(4.373)	(2.410)	(1.920)	(4.375)	(2.412)
Outras Receitas Operacionais	15.5	1.681	3.994	2.048	1.721	4.075	2.147
Outras Despesas Operacionais	15.6	(1.819)	(4.962)	(7.216)	(1.833)	(4.982)	(7.229)
Reversões / (Despesas) de Provisões	15.7	(3.610)	(9.307)	(10.082)	(3.610)	(9.307)	(10.082)
Resultado Operacional		22.229	39.578	1.995	22.321	39.760	2.212
Resultado não operacional		-	-	2	-	-	2
Resultado antes da tributação sobre o Lucro		22.229	39.578	1.997	22.321	39.760	2.214
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.3	(7.577)	(14.447)	771	(7.668)	(14.628)	556
Provisão para Imposto de Renda		(2.522)	(4.910)	(949)	(2.586)	(5.037)	(1.101)
Provisão para Contribuição Social		(1.634)	(3.009)	(591)	(1.661)	(3.063)	(654)
Ativo Fiscal Diferido	7.2.b	(3.421)	(6.528)	2.311	(3.421)	(6.528)	2.311
Participação dos não controladores		-	-	-	(1)	(1)	(2)
Lucro Líquido do período		14.652	25.131	2.768	14.652	25.131	2.768
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)							
Ações ordinárias		0,3574	0,6130	0,1537			
Ações preferenciais		0,3574	0,6130	0,1537			
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)							
Ações ordinárias		8.607	14.762	1.565			
Ações preferenciais		6.045	10.369	1.203			
Número de Ações em Circulação - básico e diluído							
Ações ordinárias		24.080.768	24.080.768	10.179.565			
Ações preferenciais		16.914.403	16.914.403	7.830.435			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	Financeira			Consolidado		
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.652	25.131	2.768	14.652	25.131	2.768
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(199)	(199)	-	(199)	(199)	-
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(199)	(199)	-	(199)	(199)	-
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	(332)	(332)	-	(332)	(332)	-
Efeito Fiscal	133	133	-	133	133	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	14.453	24.932	2.768	14.453	24.932	2.768
Lucro Atribuível à Controladora	14.453	24.932	2.768	14.452	24.931	2.766
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	-	-	1	1	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em R\$ Mil

	CAPITAL	RESERVAS DE	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTE	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 31/12/2022	135.075	6.250	15.925	94.037	-	-	251.287	31	251.318
Reversão de Reservas	-	-	-	(11.762)	-	11.762	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	2.768	2.768	2	2.770
Destinações:									
Reservas	-	-	138	1.823	-	(1.961)	-	-	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisãoados	-	-	-	-	-	(11.762)	(11.762)	-	(11.762)
Juros sobre o Capital Próprio Deliberados e/ou Provisãoados	-	-	-	-	-	(807)	(807)	-	(807)
SALDOS EM 31/12/2023	135.075	6.250	16.063	84.098	-	-	241.486	33	241.519
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	138	(9.939)	-	-	(9.801)	2	(9.799)
SALDOS EM 31/12/2023	135.075	6.250	16.063	84.098	-	-	241.486	33	241.519
Aumento de Capital - RCA 12/12/2024	172.389	149.180	-	-	-	-	321.569	-	321.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(199)	-	(199)	-	(199)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	25.131	25.131	1	25.132
Destinações:									
Reservas	-	-	1.257	11.414	-	(12.671)	-	-	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisãoados	-	-	-	-	-	(12.460)	(12.460)	-	(12.460)
SALDOS EM 31/12/2024	307.464	155.430	17.320	95.512	(199)	-	575.527	34	575.561
MUTAÇÕES DO PERÍODO	172.389	149.180	1.257	11.414	(199)	-	334.041	1	334.042
SALDOS EM 30/06/2024	135.075	6.250	16.063	84.098	-	10.479	251.965	33	251.998
Aumento de Capital - RCA 12/12/2024	172.389	149.180	-	-	-	-	321.569	-	321.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(199)	-	(199)	-	(199)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	14.652	14.652	1	14.653
Destinações:									
Reservas	-	-	1.257	11.414	-	(12.671)	-	-	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisãoados	-	-	-	-	-	(12.460)	(12.460)	-	(12.460)
SALDOS EM 31/12/2024	307.464	155.430	17.320	95.512	(199)	-	575.527	34	575.561
MUTAÇÕES DO PERÍODO	172.389	149.180	1.257	11.414	(199)	(10.479)	323.562	1	323.563

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	Financeira			Consolidado		
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro Líquido / (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	22.229	39.578	1.997	22.321	39.760	2.214
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo) antes dos Impostos	3.583	10.697	20.565	3.710	10.952	20.863
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	3.663	9.360	10.083	3.669	9.372	10.096
Atualizações Monetárias Ativas	(1.217)	(1.953)	(1.024)	(1.257)	(2.034)	(1.122)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.058	3.397	11.926	1.058	3.397	11.926
Resultado de Equivalência Patrimonial	79	(107)	(420)	239	216	(39)
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	-	-	1	1	2
Lucro Líquido Ajustado	25.812	50.275	22.562	26.031	50.712	23.077
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(326.803)	(326.803)	863	(326.923)	(326.945)	562
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(26.861)	(265.335)	20.360	(26.861)	(265.335)	20.360
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(1.614)	(342)	(410)	(1.743)	(371)	(494)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	330	458	876	335	468	867
Aumento (Redução) em Depósitos	11.167	225.896	(14.732)	11.167	225.896	(14.732)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(772)	(6.406)	(10.187)	(704)	(6.448)	(10.110)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações	(318.741)	(322.257)	19.332	(318.698)	(322.023)	19.530
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.702)	(4.794)	(1.888)	(2.745)	(4.927)	(2.088)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(321.443)	(327.051)	17.444	(321.443)	(326.950)	17.442
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	102	-	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	-	102	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(12)	(9.155)	(3.244)	(12)	(9.155)	(3.244)
Aumento de Capital	321.569	321.569	-	321.569	321.569	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	321.557	312.414	(3.244)	321.557	312.414	(3.244)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	114	(14.535)	14.200	114	(14.536)	14.198
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.723	16.372	2.172	1.730	16.380	2.182
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.837	1.837	16.372	1.844	1.844	16.380
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	114	(14.535)	14.200	114	(14.536)	14.198

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	Financeira			Consolidado		
	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
1 - RECEITAS	49.836	88.856	18.501	50.128	89.441	19.185
Intermediação Financeira	51.656	85.913	42.113	51.922	86.437	42.712
Prestação de Serviços	3.047	16.720	3.556	3.047	16.720	3.556
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.058)	(3.397)	(11.926)	(1.058)	(3.397)	(11.926)
Outras	(3.809)	(10.380)	(15.242)	(3.783)	(10.319)	(15.157)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.872)	(20.726)	(818)	(13.872)	(20.726)	(818)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(10.386)	(21.701)	(12.008)	(10.423)	(21.776)	(12.091)
Serviços de Terceiros	(8.703)	(18.515)	(7.180)	(8.708)	(18.526)	(7.263)
Outros	(1.683)	(3.186)	(4.828)	(1.715)	(3.250)	(4.828)
Processamento de Dados	(713)	(1.493)	(2.290)	(713)	(1.493)	(2.290)
Serviços do Sistema Financeiro	(36)	(65)	(77)	(36)	(65)	(77)
Seguros	(260)	(716)	(1.706)	(260)	(716)	(1.706)
Outros	(674)	(912)	(755)	(706)	(976)	(755)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	25.578	46.429	5.675	25.833	46.939	6.276
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	-	-	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	25.578	46.429	5.675	25.833	46.939	6.276
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(79)	107	419	(239)	(216)	39
Resultado de Equivalência Patrimonial	(79)	107	419	(239)	(216)	39
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	25.499	46.536	6.094	25.594	46.723	6.315
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	25.499	46.536	6.094	25.594	46.723	6.315
Pessoal	1.162	2.213	1.386	1.162	2.215	1.388
Remuneração Direta	1.108	2.107	1.295	1.108	2.109	1.297
Benefícios	54	106	91	54	106	91
Impostos, Taxas e Contribuições	9.685	19.192	1.940	9.779	19.376	2.157
Federais	9.614	18.576	1.749	9.706	18.758	1.965
Estaduais	3	5	8	3	5	8
Municipais	68	611	183	70	613	184
Remuneração de Capitais Próprios	14.652	25.131	2.768	14.653	25.132	2.770
Dividendos	-	12.460	11.762	-	12.460	11.762
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	807	-	-	807
Lucros / (Prejuízos) Retidos do Período	14.652	12.671	(9.801)	14.652	12.671	(9.801)
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	1	1	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira), anteriormente denominada Creditaqui Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito pessoal com garantia do FGTS. A sede da Financeira está localizada na rua Min. Orozimbo Nonato, nº 215, 6º andar, bairro Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais e tem como local principal de negócios o escritório situado na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Mercantil Financeira S.A. em 04/02/2025.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do BACEN e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam a Financeira e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (vide nota nº 10.).

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

- **Classificação e mensuração dos ativos financeiros para fins de apresentação**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, e podem estar classificadas nas três categorias seguintes, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- **Títulos para negociação** – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são os títulos, para os quais haja intenção, ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 17.

- **Nível 1:** são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado

mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

- **Operações de Crédito**

As operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

É interrompido o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

- c) **Impostos e Contribuições**

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

- d) **Investimentos**

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

- e) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

- f) **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial.

h) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 14.4.).

A Financeira não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2024 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

i) Benefícios a empregados

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

j) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

k) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Financeira, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** a Financeira avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Financeira exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Financeira são registradas, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

m) Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros

- Resolução CMN nº 4.966/21

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A norma está alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9 e passará a vigorar a partir de 01/01/2025.

Dada a relevância das mudanças, a norma determinou às instituições financeiras elaborar e manter à disposição do Banco Central do Brasil um Plano de Implementação contemplando diagnóstico inicial dos principais impactos nos instrumentos financeiros e cronograma de implementação que compreende: (i) a análise das normas complementares; (ii) definição de novos modelos (sistemas e processos); (iii) desenvolvimento e homologação de sistemas; e (iv) implementação em ambiente de produção.

Diante das mudanças introduzidas pelas normas complementares que foram divulgadas, o cronograma e o projeto vem sendo gerido de forma bem dinâmica e tempestiva.

Nesse contexto, a Financeira, em conjunto o Controlador, vem empreendendo seus melhores esforços mediante análise e debate das normas com a participação das principais áreas envolvidas, incluindo Controladoria, Tecnologia, Operações de Crédito, Riscos Financeiros e Gestão do Capital, Tesouraria, Orçamento e Projetos, dentre outras, inclusive com as instituições financeiras do Conglomerado.

Conforme estabelecido pelo art. 78 da Res. CMN nº 4.966/21, a administração informa que a implementação da nova norma não acarretará impactos significativos decorrentes das diferenças na metodologia de mensuração da Provisão para Perda esperada uma vez que a carteira de crédito da Financeira constitui-se essencialmente de operações de empréstimo FGTS e Crédito Consignado INSS. No que tange à Mensuração e Classificação dos demais ativos financeiros não são esperados impactos relevantes dada a implementação da nova norma.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são como segue:

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Disponibilidades	1.837	6.318	1.844	6.326
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	10.054	-	10.054
Total	1.837	16.372	1.844	16.380

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações interfinanceiras de liquidez, no individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023.

Aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	Dez / 2023
Notas do Tesouro Nacional	10.054
Total – Circulante	10.054

Em 31 de dezembro de 2024 não havia saldo de Aplicações interfinanceiras de liquidez.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Financeira	Dez / 2024	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Disponível para venda		
Letras Financeiras do Tesouro	326.604	326.604
Total Contábil – Não circulante	326.604	326.604

Em 31 de dezembro de 2023 não havia, no individual, saldo de títulos e valores mobiliários.

Consolidado	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil	Custo atualizado	Valor justo/ Contábil
Disponível para venda				
Letras Financeiras do Tesouro	326.604	326.604	-	-
CDB	5.170	5.170	5.029	5.029
Total Contábil	331.774	331.774	5.029	5.029
Circulante	-	3.743	-	1.596
Não circulante	-	328.031	-	3.433

b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Financiera	Acima de 5 anos	Total
Disponível para venda		
Letras Financeiras do Tesouro	326.604	326.604
Total em 31/12/2024	326.604	326.604

Consolidado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	326.604	326.604
CDB	3.743	57	1.370	-	-	5.170
Total em 31/12/2024	3.743	57	1.370	-	326.604	331.774
Total em 31/12/2023	1.596	3.382	-	51	-	5.029

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

c) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, conforme segue:

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	452	2.251	452	2.251
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	452	2.251	452	2.251
Posição bancada	452	2.251	452	2.251
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	-	19	524	618
Total	452	2.270	976	2.869

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

6.1. Operações de crédito e de outros créditos

a) Composição da carteira, no individual e consolidado, por produto

Nível	Operações de Crédito e Outros Créditos									Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Dez / 2024	Dez / 2023
Crédito Consignado Público	-	79.021	3.343	934	1.392	1.165	734	473	1.484	88.546	132.678
Empréstimo FGTS	359.056	59	23	2	5	-	-	3	-	359.148	44.370
Crédito Consignado INSS	-	12.492	69	122	248	91	142	171	1.172	14.507	27.783
Outros	-	27	1.647	865	8	-	2	-	10	2.559	6.416
Total	359.056	91.599	5.082	1.923	1.653	1.256	878	647	2.666	464.760	211.247
Perda Esperada	-	(458)	(51)	(58)	(165)	(377)	(439)	(451)	(2.666)	(4.665)	(13.090)

b) Composição da carteira, no individual e consolidado, por prazo de vencimento

	Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	359.054	91.590	1.692	413	7	-	2	-	-	452.758	97,41
	01 a 30 dias	13.957	1.124	87	30	1	-	-	-	-	15.199	3,27
	31 a 60 dias	26.405	5.353	89	30	1	-	-	-	-	31.878	6,86
	61 a 90 dias	-	1.008	82	29	1	-	-	-	-	1.120	0,24
	91 a 180 dias	36.697	8.894	250	86	3	-	-	-	-	45.930	9,88
	181 a 360 dias	63.498	14.999	469	162	1	-	1	-	-	79.130	17,03
	Acima de 360 dias	218.497	60.212	715	76	-	-	1	-	-	279.501	60,13
	Vencidas até 14 dias	-	11	-	-	-	-	-	-	-	11	-
	Total - 31/12/2024	359.054	91.601	1.692	413	7	-	2	-	-	452.769	97,41
	Total - 31/12/2023	47.092	136.804	2.276	-	31	-	-	-	-	6	186.209
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	3.299	1.357	1.483	1.066	715	488	1.935	10.343	2,23
	01 a 30 dias	-	-	56	49	18	17	8	11	57	216	0,05
	31 a 60 dias	-	-	206	97	65	62	35	26	92	583	0,13
	61 a 90 dias	-	-	5	34	7	4	3	5	32	90	0,02
	91 a 180 dias	-	-	291	185	112	102	65	50	174	979	0,21
	181 a 360 dias	-	-	473	312	206	164	103	79	308	1.645	0,35
	Acima de 360 dias	-	-	2.268	680	1.075	717	501	317	1.272	6.830	1,47
	Parcelas vencidas	-	-	91	153	163	190	161	159	731	1.648	0,36
	15 a 30 dias	-	-	69	72	39	40	24	19	63	326	0,07
	31 a 60 dias	-	-	22	64	39	39	25	19	55	263	0,06
	61 a 90 dias	-	-	-	4	8	5	4	6	34	61	0,01
	91 a 180 dias	-	-	-	13	77	86	64	58	161	459	0,10
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	20	44	57	326	447	0,10
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	92	92	0,02
Total - 31/12/2024	-	-	3.390	1.510	1.646	1.256	876	647	2.666	11.991	2,59	
Total - 31/12/2023	-	-	4.802	1.918	2.903	1.883	2.880	2.260	8.392	25.038	11,85	
Total Geral em 31/12/2024	359.054	91.601	5.082	1.923	1.653	1.256	878	647	2.666	464.760	100,00	
Total Geral em 31/12/2023	47.092	136.804	7.078	1.918	2.934	1.883	2.880	2.260	8.398	211.247	100,00	

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

6.2. Rendas de operações de crédito

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Rendas de empréstimos e títulos descontados	80.027	36.745
Rendas de financiamentos	874	1.352
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.555	1.746
Total	83.456	39.843

6.3. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Saldos no início dos períodos	13.090	8.934
Constituição / (Reversão)	3.397	11.926
Baixa para prejuízo	(11.822)	(7.770)
Saldos no final dos períodos	4.665	13.090
Circulante	1.796	4.546
Não circulante	2.869	8.544
Créditos baixados para prejuízo recuperados	2.555	1.746
Efeito líquido no resultado⁽¹⁾	842	10.180

⁽¹⁾ Efeito líquido refere-se à Despesa de provisão, deduzida da Receita de créditos recuperados.

7. ATIVOS FISCAIS

7.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Imposto de renda e contribuição social ⁽ⁱ⁾	29	250	1.154	1.375
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	12.568	11.518	12.568	11.518
Antecipação IRPJ/CSLL	-	728	-	728
Imposto de renda e contribuição social – IPC/90	-	-	1.312	1.291
Outros	-	2	131	67
Total	12.597	12.498	15.165	14.979
Circulante	4.709	980	4.839	1.045
Não circulante	7.888	11.518	10.326	13.934

⁽ⁱ⁾ Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱ⁾ A Financeira é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

Financeira	Saldos em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2024
Diferenças temporárias	11.840	55.459	(58.136)	9.163
Provisão para perda esperada	8.015	49.910	(52.672)	5.253
Contingências	3.681	5.355	(5.403)	3.633
MTM	-	133	-	133
Outros	144	61	(61)	144
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	9.505	-	(3.718)	5.787
Total – Não circulante	21.345	55.459	(61.854)	14.950

b) Realização dos créditos tributários

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

Exercícios	Diferenças Temporárias	Base Negativa e Prejuízo Fiscal	Dez / 2024	Dez / 2023
2024	-	-	-	12.050
2025	277	5.787	6.064	5.602
2026	3.514	-	3.514	-
2027	750	-	750	-
2028	750	-	750	3.693
2029	1.620	-	1.620	-
2030 a 2032	2.252	-	2.252	-
Total	9.163	5.787	14.950	21.345
Valor presente	4.477	4.734	9.211	17.078

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Resultado antes dos impostos	39.578	1.997	39.760	2.214
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	(15.831)	(799)	(15.904)	(886)
Resultado de equivalência patrimonial	43	168	(86)	16
Ajustes no cálculo dos tributos	1.341	1.402	1.362	1.426
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.447)	771	(14.628)	556

8. OUTROS VALORES E BENS – DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

9. OUTROS ATIVOS

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 12. b)	14.680	13.967	14.883	14.157
Devedores Diversos – País	752	746	752	746
Valores a Receber	149	165	36	63
Outros	1.089	1.444	1.089	1.444
Total	16.670	16.322	16.760	16.410
Circulante	1.571	1.936	1.458	1.834
Não circulante	15.099	14.386	15.302	14.576

10. INVESTIMENTOS

Descrição	MACS ⁽¹⁾	DOMO ⁽²⁾	Dez / 2024	Dez / 2023
Capital social subscrito e integralizado	4.853	11.500	-	-
Quantidade de ações integralizadas	53.924.604	1.150.000	-	-
Patrimônio líquido ajustado	7.607	9.147	16.754	18.701
Resultado societário do período	324	(2.158)	(1.834)	775
Participação no capital integralizado	99,56%	10,00%	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	323	(216)	107	419
Valor dos investimentos	7.573	915	8.488	8.494

⁽¹⁾ Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. – Empresa controlada na qual a Financeira tem o controle direto, assegurando-lhe, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais, em conformidade com o artigo 243, §2º, da Lei 6.404/76.

⁽²⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual a Financeira detém 10% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

11. DEPÓSITOS

11.1. Depósitos, no individual e consolidado

Depósitos	Dez / 2024
Interfinanceiros	225.896
Total - Circulante	225.896

Em dezembro de 2023, não havia saldo de depósitos.

11.2. Despesas com operações de captação no mercado, no individual e consolidado

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Depósitos a prazo	-	508
Depósitos interfinanceiros	20.718	50
Fundo garantidor de crédito	-	8
Total	20.718	566

12. PROVISÕES

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: a Financeira possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas

a) Composição das Provisões

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	10.565	10.284	10.741	10.449
Provisão para processos trabalhistas	215	340	215	340
Provisão para processos cíveis	6.694	6.583	6.694	6.583
Total – Não circulante	17.474	17.207	17.650	17.372

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Financeira	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2023	10.284	6.583	340	17.207
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 15.7.	-	9.118	189	9.307
Atualização Monetária	1	40	12	53
Atualização Depósitos / (Liquidações)	280	(9.047)	(326)	(9.093)
Saldos em 31/12/2024	10.565	6.694	215	17.474
Depósitos judiciais – vide nota nº 9.	11.589	2.592	499	14.680

Consolidado	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31/12/2023	10.449	6.583	340	17.372
Constituição/ (Reversão) – vide nota nº 15.7.	-	9.118	189	9.307
Atualização Monetária	13	40	12	65
Atualização Depósitos / (Liquidações)	279	(9.047)	(326)	(9.094)
Saldos em 31/12/2024	10.741	6.694	215	17.650
Depósitos judiciais – vide nota nº 9.	11.766	2.592	525	14.883

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais da Financeira, classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 233 (R\$ 146 em dezembro de 2023).

13. OUTROS PASSIVOS

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Cretores Diversos – País	4.733	5.788	4.733	5.788
Provisão para Pagamentos a Efetuar	332	560	332	560
Sociais e Estatutárias	13.266	9.461	13.267	9.461
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	82	170	82	170
Outros	277	214	281	220
Total	18.690	16.193	18.695	16.199
Circulante	18.690	16.190	18.695	16.196
Não circulante	-	3	-	3

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Descrição	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ações ordinárias	24.080.768	180.606	10.179.565	76.347
Ações preferenciais	16.914.403	126.858	7.830.435	58.728
Total do capital subscrito e integralizado	40.995.171	307.464	18.010.000	135.075
Valor nominal em reais	7,50		7,50	

Em AGE, de 05 de novembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital social da Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, no montante de R\$ 321,6 milhões, mediante a subscrição privada de 13.901.203 ações ordinárias e 9.083.968 ações preferenciais, nominativas e com valor nominal de R\$ 7,50 cada uma, ao preço de emissão de R\$ 13,990298 por ação. Em 31 de dezembro de 2024 o Bacen homologou o aumento de capital.

14.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

14.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Descrição	Dez/2024	Dez / 2023
Lucro líquido do exercício	25.131	2.768
Reversão de reservas estatutárias	-	11.762
(-) Reserva Legal	(1.257)	(138)
Base de cálculo	23.874	14.392
Dividendos	12.460	11.762
Juros s/ capital próprio (bruto) deliberados / provisionados / pagos	-	807
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(121)
Juros s/ capital próprio pagos (líquido) deliberados / provisionados / pagos	-	686
Dividendos e Juros s/ capital próprio pagos (líquido) deliberados / provisionados / pagos	12.460	12.448

14.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Financeira e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2024	Dez / 2023
Número médio e final de ações	24.080.768	16.914.403	40.995.171	18.010.000
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	24.080.768	16.914.403	40.995.171	18.010.000
Lucro líquido atribuível	14.762	10.369	25.131	2.768
Lucro básico por ação	0,6130	0,6130	0,6130	0,1537

15. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

15.1. Receita de Prestação de Serviços

Refere-se à receitas de tarifas decorrente da originação de operações de Empréstimo FGTS.

15.2. Despesas de pessoal

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Remuneração dos administradores	2.107	1.295	2.109	1.297
Encargos sociais	477	295	478	296
Benefícios e treinamentos	106	91	106	91
Total	2.690	1.681	2.693	1.684

15.3. Despesas administrativas

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios	12.859	2.185	12.859	2.185
Serviços prestados – ligadas	3.407	2.657	3.407	2.730
Processamento de dados	1.493	2.290	1.493	2.290
Serviços de terceiros	1.359	1.449	1.360	1.450
Serviços técnicos especializados	890	889	900	898
Despesas de seguros	716	1.706	716	1.706
Serviços do sistema financeiro	65	77	65	77
Outras	912	755	976	755
Total	21.701	12.008	21.776	12.091

15.4. Despesas tributárias

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
COFINS	3.229	1.906	3.229	1.906
ISSQN	611	-	611	-
PIS	525	310	525	310
Outros tributos	8	194	10	196
Total	4.373	2.410	4.375	2.412

15.5 Outras receitas operacionais

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Variações monetárias ativas	1.953	1.024	2.034	1.122
Recuperação de encargos e despesas	1.468	386	1.468	386
Reversão de provisões operacionais	10	-	10	-
Outras receitas	563	638	563	639
Total	3.994	2.048	4.075	2.147

15.6 Outras despesas operacionais

Descrição	Financeira		Consolidado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
Descontos concedidos ⁽ⁱ⁾	1.262	1.565	1.262	1.565
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	2.811	5.430	2.818	5.431
Outras despesas	889	221	902	233
Total	4.962	7.216	4.982	7.229

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

15.7. Reversões / (Despesas) de Provisões

No individual e consolidado são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Provisões cíveis	(9.118)	(9.989)
Provisões trabalhistas	(189)	(88)
Provisões fiscais	-	(5)
Total	(9.307)	(10.082)

15.8. Resultados não recorrentes

Em 2024 e 2023 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Ativos	2.369	16.893
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.837	6.318
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	-	10.054
Outros Ativos (Banco Mercantil)	419	419
Dividendos a receber (Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A)	113	102
(Passivos)	(237.791)	(8.097)
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(225.896)	-
Sociais e Estatutárias (Banco Mercantil)	(11.615)	(7.881)
Outras Obrigações (Banco Mercantil)	(280)	(216)
Contas de Resultado	Dez / 2024	Dez / 2023
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil)	(20.267)	(2.202)
Outras Despesas Administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 15.3.	(3.407)	(2.657)

16.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Mercantil Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social.

O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 25/04/2024, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 2.200.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações no lucros (vide nota nº 15.2.).

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

16.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

17. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL

Na Financeira, o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura os índices de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 18,1% (17,0% em dezembro de 2023), perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Financeira, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Financeira, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros**

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros Consolidados:

	Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 2		792.136	792.136
Operações de Crédito e Outros Créditos		460.095	460.095
Títulos e Valores mobiliários – Letras Financeiras do Tesouro		326.604	326.604
Títulos e Valores mobiliários – CDB		5.170	5.170
Outros ativos financeiros		267	267
Total em 31/12/2024		792.136	792.136
Total em 31/12/2023		214.563	210.405
	Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 2			
Depósitos interfinanceiros		225.896	225.896
Total em 31/12/2024		225.896	225.896
Total em 31/12/2023		-	-

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras semestrais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Mercantil Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2024 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL FINANCEIRA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Augusto de Araujo – Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite
Márcio Lopes Costa

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
Luiz Carlos de Araújo
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETOR
Anderson Adeilson de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC – MG 077029/0-7

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da **Mercantil Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira")**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da **Financeira**, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 04 de fevereiro de 2025.

Diretor-Presidente

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor

Anderson Adeilson de Oliveira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) do dia 3 de fevereiro de 2025, os Conselheiros Fiscais da Mercantil Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimento, reuniram-se de modo presencial na Avenida do Contorno, Edifício *Statement*, nº 5.800, 14º andar, bairro Savassi, em Belo Horizonte/MG, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VII, da Lei nº 6.404/76.

O Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tendo examinado, ainda, o relatório dos auditores Independentes - *PricewaterhouseCoopers* ("PWC"), as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício. Desta forma, o Conselho Fiscal, **de forma unânime**, opina que o pagamento de dividendos relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e que os referidos documentos estão adequados e em condições de serem apreciados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

Belo Horizonte/MG, 3 de fevereiro de 2025.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

MERCANTIL

Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento